

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DÉCIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0004425-36.2021.8.19.0000

Embargante: FEDERAÇÃO PAULISTA DE HIPISMO

Embargado: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

RELATOR: DES. CESAR CURY

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE  
OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. DECISÃO QUE  
NÃO APRESENTA QUALQUER PONTO A SER  
COMPLEMENTADO OU RETIFICADO, NÃO CONTENDO  
OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO  
MATERIAL. REJEIÇÃO DOS DECLARATÓRIOS.

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

Embargos de declaração (index 232) opostos em face da  
decisão monocrática (index. 227), proferido nos autos de agravo  
de instrumento, interposto pela ora embargada, conforme ementa  
abaixo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE  
DEFERIU A TUTELA DE URGÊNCIA REQUERIDA  
PELA AUTORA, ORA AGRAVADA - PARTICIPAR DA  
ASSEMBLEIA OCORRIDA NO DIA 29.01.2021.  
INCONFORMISMO DA RÉ, ORA AGRAVANTE  
PLEITEANDO A REFORMA DA DECISÃO. RECURSO  
PREJUDICADO. SUPERVENIENTE PERDA DO  
OBJETO DO PRESENTE AGRAVO. RECURSO QUE  
NÃO SE CONHECE.

Alega a Embargante que o julgado é obscuro quanto ao  
fundamento da perda do objeto do recurso de agravo de  
instrumento.

Contrarrazões da embargada, pela rejeição dos  
declaratórios (index 301).



**É o relatório. Passo a decidir**

O presente recurso preenche os requisitos para sua admissibilidade, devendo ser conhecido.

Malgrado as alegações do embargante, não se verifica qualquer ponto que mereça reparo no julgado.

O artigo 1022 do CPC estabelece as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, *in verbis*:

*"Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*

*I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*

*II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III - corrigir erro material."*

Na hipótese, a decisão embargada compreendeu que o presente recurso perdeu o objeto pois "além de já ter sido realizada a assembleia, a Agravada não exerceu seu direito ao voto", que era justamente o cerne do pedido de tutela de urgência objeto do presente Agravo de Instrumento.

Desse modo, não há de se falar em obscuridade, uma vez que a tutela foi deferida para que a FPH pudesse votar, sendo certo que a mesma optou por se retirar da solenidade, sem, efetivamente, realizar o seu voto.



Como se vê, não há qualquer vício no julgado embargado, que deve ser mantido por seus próprios fundamentos, pretendendo os embargantes a revisão do julgado, o que deverá ser buscado pela via própria.

Diante do exposto, **rejeito os declaratórios.**

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

**CESAR CURY - Desembargador Relator**

